

Cada instituição, um fragmento: problemática da dispersão da coleção arqueológica marajoara Dita Acatauassu (Amazônia, Brasil)

MARIA SANTANA

SIMAS^{1,*} 

CASSIA DA ROSA²

CRISTIANA BARRETO¹ 

HELENA PINTO LIMA¹ 

1. Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Belém, Pará, Brasil

2. Sistema Integrado de Museus, Secretaria de Estado de Cultura, Belém, Pará, Brasil

* mmsimas@gmail.com

A fragment in each institution: the dispersion of Dita Acatauassu Marajoara Archaeological Collection (Amazonia, Brazil)

Resumo

As coleções de cerâmica arqueológica formadas por particulares durante o século XIX e XX resultaram de uma prática comum na Amazônia e vêm sendo depositadas em museus brasileiros e internacionais. Estas tornam-se objeto de estudo em diversos campos, apesar da dificuldade da recuperação de informações. Neste artigo foi realizado o estudo da coleção Dita Acatauassu, da ilha do Marajó, com o objetivo de obter a guarda definitiva pelo Museu Paraense Emílio Goeldi. Os resultados indicados pela análise morfológica e decorativa dos 613 fragmentos permitiram reorganizar 40% da coleção. Além disso, o diagnóstico dos resíduos de intervenções anteriores e fraturas recentes, em confronto com a documentação, permitiram verificar a existência de fragmentos em outras instituições museais pertencentes aos mesmos objetos, originando por vezes peças quase completas. Colocam-se questões complexas e inéditas relacionadas à conservação e gestão de coleções arqueológicas, doações e descontextualização dos achados, política de comodatos e partilha de coleções de objetos compostos por fragmentos sob a guarda de diferentes instituições.

Abstract

Private collecting of archaeological ceramics was a common practice in Amazonia during the 19th and 20th centuries, and the collected material has been deposited in a number of Brazilian and international museums. Those collections have become the object of study in various areas, despite the difficulty in retrieving original information. This paper analyses the Dita Acatauassu collection from Marajó Island, for an eventual permanent custody by the Museu Paraense Emílio Goeldi. Results of morphological and decoration analysis of 613 individually inventoried fragments allowed for the reorganisation of 40% of the holdings. In addition, a diagnosis of residues of previous interventions and recent fractures, compared to the documentation, determined the existence of fragments belonging to the same objects in two other institutions sometimes adding up to almost complete items. Complex and unique issues related to the conservation and management of archaeological collections, donations and decontextualisation of holdings, loan policies and collection sharing of objects formed by fragments in the care of different institutions are discussed.

PALAVRAS-CHAVE

Cerâmicas

arqueológicas

Colecionismo

Conservação e gestão

do Patrimônio

Museus de Arqueologia

KEYWORDS

Archaeological ceramics

Collecting

Heritage conservation

and management

Museums of Archaeology

Introdução

Localizada no delta do Amazonas, junto da linha do Equador, a norte do Estado do Pará, a ilha do Marajó é considerada a maior ilha fluvial do mundo, com uma área equivalente a 59 044 km² [1]. Entrecortada por rios, apresenta paisagens ecológicas contrastantes que vão da floresta densa às áreas de vegetação de várzea, abrangendo também manguezais [2].

Este ambiente foi o local de habitação de povos pré-coloniais com diferentes tradições ceramistas, sendo a mais conhecida a que hoje chamamos de marajoara. Grandes quantidades desta cerâmica, datada de entre 350 e 1400 d.C., são geralmente localizadas nos tesos [2-4], plataformas construídas de terra (8-12 m de altura), que se destacam das superfícies planas que compõem a ilha. Teriam sido construídos inicialmente para proteção das inundações. No entanto, pelo seu destaque no terreno, foram rapidamente associados ao prestígio e liderança, sobre eles se desenvolveram atividades domésticas, agrícolas rituais e festivas [5], identificadas pela abundância de vestígios cerimoniais e funerários. A cerâmica marajoara representa sem dúvida uma das mais complexas das muitas tradições ceramistas que se desenvolveram na bacia Amazônica, destacando-se pela diversidade de técnicas decorativas plásticas e cromáticas e pela complexidade dos motivos gráficos [6-7]. Essa profusão de cerâmica despertou o interesse de estrangeiros e arqueólogos amadores que durante os séculos XIX e XX exploraram os tesos em busca de peças arqueológicas para as suas coleções particulares e formação de coleções para museus, acabando por chamar a atenção dos fazendeiros de Marajó pela possibilidade de atribuir valor monetário às peças por eles coletadas.

Muitas dessas coleções foram espalhadas por diversas instituições e provêm destas coletas fortuitas ou mesmo de pilhagens intencionais; museus e colecionadores acabaram por comprá-las ou recebê-las em comodato para salvaguarda. São, em geral, fruto de coletas irregulares, pouco documentadas e com nenhum critério científico [8]. Até recentemente foram desprezadas pelas pesquisas científicas, vista a falta de dados de contexto arqueológico. Contudo, alguns trabalhos específicos com coleções de museus têm demonstrado o potencial destas peças, sobretudo para estudos iconográficos [6, 8-9].

Além disso, por representarem o que havia de mais vistoso nos acervos de arqueologia brasileira, as peças marajoaras muitas vezes serviram de *moeda de troca* para a permuta entre museus brasileiros e estrangeiros. Hoje sabemos que existem peças marajoara espalhadas por, pelo menos, 7 museus brasileiros, 9 museus norte-americanos e 11 museus europeus [8, p. 123; 9]. Estão ainda presentes em muitas coleções particulares no Brasil e no estrangeiro e, mais recentemente, vêm sendo comercializadas em galerias de arte pré-colombiana e casas de leilão na Europa.

O Museu Nacional de Etnologia (MNE), em Lisboa, é também exemplo destas instituições, em da perspectiva etnográfica dos anos 1960 [9]. A instituição dispõe no seu acervo um

conjunto de cerâmica marajoara fruto de uma expedição realizada Victor Bandeira, a incentivo de Jorge Dias, diretor do precedente Museu de Etnologia do Ultramar. A coleção formada insere-se na continuidade de viagens financiadas com o objetivo de efetuar recolhas etnográficas em África, Ásia e América. O seu recente estudo discute estas coleções descontextualizadas e constituídas a partir de uma visão colecionista que ultrapassa a arqueológica, gerando graves problemáticas para as instituições [9]. Estes acervos marajoaras veiculam uma reflexão sobre o próprio ato de colecionar e os seus critérios, sobretudo pela primazia dada aos objetos inteiros, de maior qualidade estética, afastando-se de uma recolha arqueológica sistemática e do seu registo científico.

Deste modo, apesar da quantidade de objetos saqueados dos sítios arqueológicos na ilha do Marajó, temos um bom corpo de pesquisas científicas realizadas. A partir da década de 1950, as pesquisas arqueológicas começaram a oferecer resultados baseados em escavações científicas. Inicialmente o trabalho desenvolvido pelos arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans estabeleceu cinco fases arqueológicas para a cerâmica da ilha do Marajó, dentre elas a fase marajoara, que foi classificada dentro da tradição policroma, com variações que combinam técnicas de manufatura [4]. Atualmente, com os resultados das pesquisas de Roosevelt [5] e Schaan [10], temos um panorama mais amplo sobre os contextos da cerâmica marajoara.

Assim, sabe-se que os produtores da cerâmica marajoara desenvolveram técnicas elaboradas, sugerindo uma especialização desta atividade por determinadas pessoas do grupo. Aplicando um sistema simbolicamente sofisticado, a decoração das cerâmicas era feita com recurso à representação de corpos híbridos de animais e humanos, coerente com as ideologias animistas que marcam as sociedades indígenas da Amazônia [11]. Revelava-se numa forma coerente de ordenar o mundo e enchê-lo de significado através a utilização de cobras, lagartos, escorpiões, tartarugas, pássaros, macacos e onças em reunião com motivos geométricos inspirados em volutas, espirais, linhas duplas, degraus e círculos [12]. Frequentemente, várias técnicas decorativas eram utilizadas no mesmo objeto. As variações de efeitos visuais eram conseguidas pelos signos decorativos combinados com as técnicas plásticas de incisão, excisão e aplicação de apêndices e as técnicas pictóricas pelo contraste entre o engobo branco ou amarelo, sobre o qual era aplicada uma pintura vermelha, laranja ou preta [7, 9].

Através da análise morfológica e decorativa de uma coleção composta essencialmente por fragmentos de técnicas decorativas tão variadas, propõe-se efetuar uma reflexão sobre a problemática dos espólios arqueológicos formados a partir do espírito colecionista e dispersos em diferentes instituições. Do mesmo modo, pretende-se avaliar o potencial do estudo destes acervos numa perspetiva interinstitucional e as estratégias de preservação entre museus de espólios com origem comum.

As coleções Dita Acatauassu

Apesar de ser chamada como *dona* Dita, na verdade o seu nome era Heronides de Albuquerque Acatauassu Nunes (1909-2007), tendo sido casada com o engenheiro agrônomo Domingos Acatauassu Nunes (1906-1989), conhecido como Dominguinhos. O casal ganhou de herança a fazenda Santa Cruz Tapera, no município de Soure, ilha do Marajó, que permaneceu sendo usada para criação de gado [13]. Como tantas outras propriedades da ilha do Marajó, estava cercada de tesos de onde provavelmente foram coletadas as peças que hoje compõem as diversas coleções que foram localizadas.

As informações relativas à formação das coleções de Dita Acatauassu são mínimas, considerando que a referência sobre a procedência dos materiais está sobretudo associada à propriedade denominada Fazenda Santa Cruz Tapera, sem detalhamento adicional sobre a localização dos tesos dos quais teriam sido retiradas as peças, por ordem de quem e em que período.

Após a morte de seu marido, a proprietária da fazenda começou um processo de desmembramento da coleção. A princípio uma parte da coleção foi encaminhada para o Museu do Estado do Pará, ainda em 1991. Em 2002, mais uma vez o governo do estado incorporou mais algumas peças do acervo arqueológico de Dita Acatauassu, para compor a exposição de arqueologia amazônica do recém-criado Museu do Forte [14].

Entre 2003 e 2004, parte da coleção foi vendida ao colecionador Edegar Cid Ferreira, proprietário do extinto Banco Santos, para incorporar nas coleções do Instituto Cultural Banco Santos. Com a falência deste, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) foi designado como fiel depositário da coleção arqueológica em 2005.

Pela inexistência de herdeiros diretos, após a morte de *dona* Dita, a coleção arqueológica que ainda possuía tornou-se parte de um processo que culminou no encaminhamento, para guarda provisória, ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em 2009 e 2012. É possível que ainda existam mais peças dispersas em outros museus ou coleções particulares, porque é sabido que na ilha do Marajó pequenas coleções eram negociadas para diversos fins, como moeda de troca ou presentes, facilitando a dispersão das mesmas [15].

Metodologia

A coleção em estudo compõe-se de um conjunto de objetos e fragmentos do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional do Brasil (IPHAN) sob comodato no MPEG. O acordo tem os seguintes objetivos: classificação, conservação e restauro, curadoria e recomendação para possível partilha e doação ao Museu do Marajó. Esta instituição localiza-se no município de Cachoeira do Arari, na ilha de Marajó [16], e solicita a devolução de algumas coleções marajoaras que se encontram no MPEG. A metodologia aplicada passou pelo diagnóstico

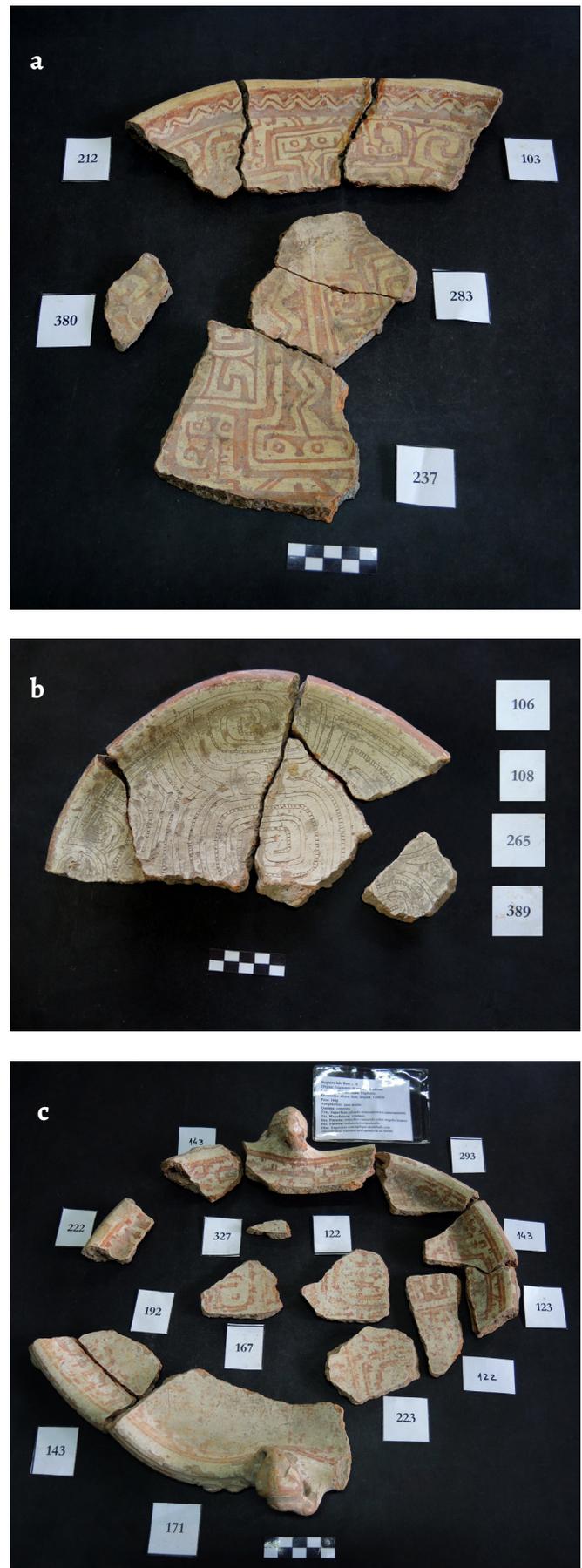


Figura 1. Esquemas de montagem: a) conjunto 103; b) conjunto 106; c) conjunto 122. A numeração dos conjuntos é atribuída pelo primeiro fragmento da listagem, sendo esta elaborada sequencialmente do menor para o maior número de inventário.

dos fragmentos ao nível das suas patologias e intervenções pós-escavação, cruzando os dados de inventário e a documentação presentes nas diversas instituições de guarda do espólio original: arquivos de doação, comodato, transferência e intervenção. Como primeira etapa foi verificada a localização de todos os fragmentos inventariados pelo IPHAN no acervo. Observou-se durante este processo que vários fragmentos tinham técnicas de fabrico e decoração bastante semelhantes entre si, podendo verificar-se que se tratava de fragmentos do mesmo objeto. Desta forma, procedeu-se à reunião desses grupos através da distribuição e reorganização dos fragmentos segundo o modo de fabrico: a pasta, a espessura, volumetria, técnica de decoração, cor e desenho. Os fragmentos pertencentes a um mesmo objeto foram reunidos num novo conjunto, tendo sido reunidos 255 fragmentos em 59 grupos, equivalendo este processo à reorganização de cerca de 40% da coleção.

Apesar da cerâmica marajoara apresentar uma enorme padronização nos tipos cerâmicos, com um repertório bastante rígido em termos da associação dos elementos morfológicos e decorativos e com muitos objetos quase idênticos, foi através da análise das diferenças tão marcadas entre as técnicas de decoração que conseguimos identificar cada objeto com características particulares que o distinguem. Esta análise foi realizada pela distinção da pintura e engobo, dos padrões e decorações desenhadas, em conjugação com as incisões e excisões e os retoques de pintura posteriores e utilização de apêndices. Apesar da repetição de alguns padrões espiralados, motivos zoo e antropomórficos, estes foram aplicados de forma diferenciada nos objetos, tornando singular cada peça. A identificação foi feita pela distinção da frente e do verso dos objetos, o seu grafismo, a profundidade das incisões, a largura dos traços e os vários contrastes entre os engobos e a pintura.

Após a reunião dos conjuntos, foi realizado um diagnóstico a nível estrutural, nível de superfície, material externo depositado e intervenções anteriores e, em paralelo, identificados os fragmentos que poderão ser unidos e apresentado o esquema de montagem (Figura 1). Verificou-se que uma parte considerável dos fragmentos tem fraturas recentes, encontrando-se alguns dos pares resultantes da fratura dentro do conjunto, e observou-se arestas com excesso de cola e resíduos de fita adesiva-cola (Figura 2). Este fato deverá ser a intervenções não qualificadas com a intenção de restituir a unidade dos objetos quebrados, sendo também indicadora de possível existência de fragmentos noutros conjuntos da coleção original.

Pela análise primária de duas das dez caixas de fragmentos da coleção Dita Acatauassu sob guarda do Museu do Forte, em comodato no MPEG, podemos encontrar vários fragmentos pertencentes aos mesmos objetos do conjunto IPHAN. Esta informação foi ainda complementada com a análise dos registos fotográficos da base de dados do MAE-USP, tendo sido formados 11 novos conjuntos que englobam 42 fragmentos das três coleções. Na Figura 3 é apresentado o exemplo de



Figura 2. Resíduos de intervenções anteriores: a) excesso de cola amarelecida; b) resíduos de fita-cola utilizada para unir fragmentos recentes identificados pelas arestas de cor viva.

uma peça fragmentada e distribuída por três instituições, tendo cada uma à sua guarda dois dos fragmentos, completando o objeto em cerca de 80% relativamente ao original.

Alguns dos objetos das duas coleções do IPHAN e do Museu do Forte, em comodato no Museu Goeldi, foram intervencionados em separado nesta última instituição sem ter sido realizado o cruzamento de dados dentro dos próprios acervos. Observa-se no procedimento de conservação e restauro da vasilha RL8, do conjunto de IPHAN 2012, que foram preenchidas e reintegradas as áreas de lacuna a que correspondem exatamente 18 fragmentos do conjunto IPHAN 2009. A mesma situação sucede com o prato D198 (Museu do Forte) que se torna quase completo pela junção dos dois fragmentos da coleção IPHAN (Figura 4). Verifica-se que, apesar de ambos os acervos se encontrarem depositados na instituição com a mesma designação (Dita Acatauassu), têm sido considerados formalmente conjuntos distintos sem qualquer relação.

Discussão

O estudo permite interrogar as estratégias de conservação de coleções arqueológicas, a colaboração entre os museus e a forma de divulgação de espólios comuns, assim como questionar a valorização das coleções de acordo com o seu estado de conservação e os estudos que se podem desenvolver considerando o caráter fragmentário e heterogêneo das mesmas [17; 18, pp. 12-13]. Um dos aspetos importantes no estudo de coleções é a avaliação dos critérios envolvidos na formação das mesmas e o resgatar de informações e a sua recontextualização. Ora, o estudo da procedência e da documentação gerada tanto primária (de campo) quanto de laboratório pode ser potenciador dessa informação [19]. Os exemplos estudados representam verdadeiros mosaicos, em que cada instituição colabora para formação do objeto com um ou mais fragmentos (Figuras 3 e 4). Apenas pelo diálogo e colaboração institucional se poderão gerar objetos mais completos e valorizar as coleções, prevalecendo o debate sobre soluções para a gestão do patrimônio desmembrado entre instituições diversas.

No Brasil, o patrimônio arqueológico constitui-se um bem da União, estando sob a guarda e proteção do Estado, tendo como órgão de preservação do patrimônio cultural o IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura [20-21]. A este órgão cabe indicar e receber as informações de instituições de guarda e pesquisa. Os museus, como depositários das coleções, deverão colaborar entre si, visando a articulação e mediação, numa gestão integrada dos acervos e processos museológicos (Art. 2, VI, Arts. 55 e 58 – Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009 [22]).

Desta forma, como perspectivas de estudo da coleção, seria crucial considerar as três coleções Dita Acatauassu e seus subconjuntos como tendo a mesma origem e analisá-las segundo a mesma metodologia. Só através da reorganização das coleções e pelo cruzar de informação, os fragmentos perderão o carácter unitário e poderão ser enquadrados num conjunto pertencente a um mesmo objeto, permitindo em alguns casos se formar peças quase completas (Figura 4), ou que representem uma grande percentagem do objeto (Figura 3).

Por outro lado, a conservação passa também pela preservação da informação, pelo reunir das várias partes de um mesmo objeto e identificação da localização dos fragmentos desse mesmo objeto. O diagnóstico dos conjuntos permite estabelecer prioridades de conservação [23], sugerir níveis de intervenção e perspetivar, pela análise das fraturas recentes e excesso de cola, o potencial dos conjuntos formados e a extensão em que podem ser completados. Este tipo de análise permite estabelecer medidas a salvaguarda e gestão dos acervos promovendo a sua integração [24-25]. Os conjuntos formados são representativos dos objetos originais, em termos de morfologia e decoração, pelo que a sua intervenção de conservação e restauro permitirá, para além da preservação, a valorização da leitura através da limpeza, consolidação e união física dos fragmentos.

Da mesma forma, tal como verificado no estudo da

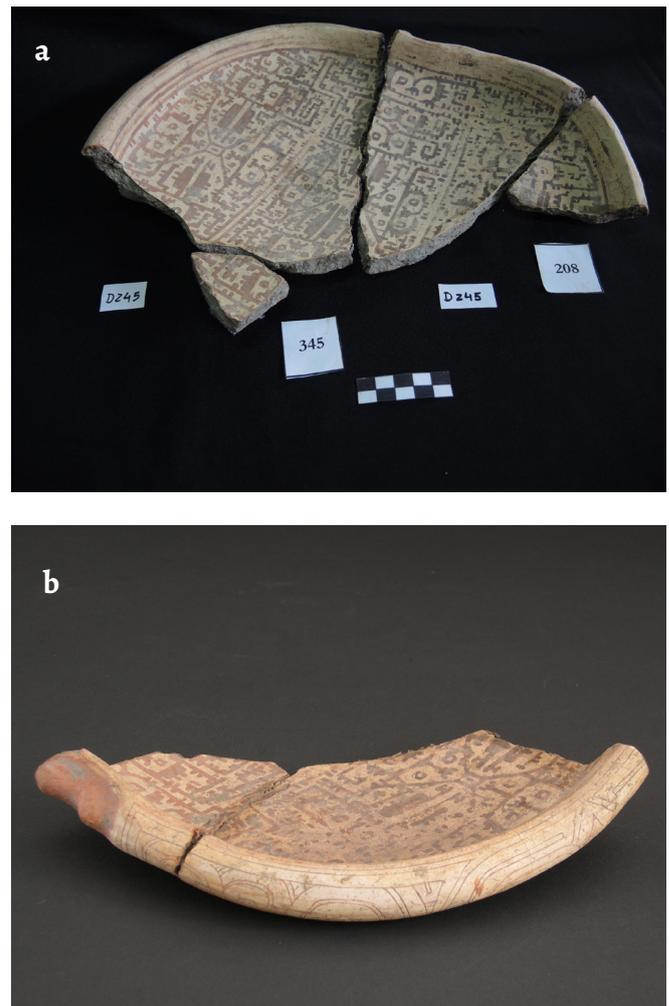


Figura 3. Prato fragmentado e disperso por três instituições: a) dois fragmentos D245 (Museu do Forte, Estado do Pará) e dois fragmentos 345 e 208 (IPHAN, Estado do Pará); b) dois fragmentos TD 10 84 (MAE-USP). Fotografia 3b: MAE-USP.

coleção marajoara do MNE, em Lisboa, é fundamental estabelecer uma metodologia para recolha da informação no ato de doação ou como proceder para a sua recuperação, de modo a compreender qual a dimensão dos espólios, os critérios de seleção dos objetos e de que modo foram dispersos. Entrevistar os próprios colecionadores, quando vivos, familiares e intermediários é basilar neste processo e poderá também informar sobre a forma de coleta, qual a localização dos sítios e todo o percurso dos objetos, sendo também fator enunciador do seu estado de conservação [26]. A nível institucional é essencial identificar inventários precedentes, os documentos gerados no processo e as possíveis ligações dos espólios com outros museus, através da identificação da proveniência. Assim, para além do resgate de informações sobre os contextos e os aspetos arqueológicos propriamente ditos dos conjuntos, este esforço em mapear e reintegrar coleções fragmentadas e dispersas coloca o foco nas peças enquanto verdadeiros testemunhos das práticas e histórias particulares de colecionismo, permitindo-nos atuar de forma não só documental, mas também propositiva nas políticas de guarda e conservação destas coleções.



Figure 4. Prato quebrado com fragmentos dispersos em duas instituições – à esquerda D198 (Museu do Forte) e à direita fragmentos 133 e 298 (IPHAN).

Considerações finais

A partir de uma perspectiva de conservação, pelo diagnóstico dos danos estruturais, superficiais e resíduos de intervenções em confronto com a identificação da tecnologia cerâmica e seus motivos decorativos, elaborou-se uma análise interdisciplinar em conjunto com as áreas da arqueologia, arquivo e museologia, que permitiu verificar as semelhanças no seio do espólio e perspetivar que a dimensão da coleção original extravasa os limites da instituição, sendo esta avaliação atestada pela comparação física de fragmentos, pelos registos fotográficos, inventário e documentação das instituições. A recuperação de informações relevantes a nível do percurso dos acervos e caracterização dos elementos constituintes, permite melhor definir a dimensão das

coleções e suas similaridades e, assim, a reunião de conjuntos de fragmentos em uma única peça. Estas informações poderão ser inseridas nas bases de dados do sistema integrado de museus, do MPEG e do MAE-USP, oferecendo suporte para pesquisas futuras. A coleção, pelas várias problemáticas que apresenta, permite desenvolver reflexões acerca do modo de formação de coleções arqueológicas, a sua dispersão, os critérios de salvaguarda e políticas de museologia interinstitucionais. A quantidade e diversidade de fragmentos tornam este conjunto ideal para análises decorativas e morfológicas [19]. O acervo torna-se ainda mais rico, pela possibilidade de reunir as diversas partes e dar origem a objetos, viabilizando ações pedagógicas sobre metodologias de catalogação, conservação preventiva, intervenção mínima e acondicionamento [27].

Um museu de arqueologia constitui, por força da lei, um local de reserva estratégica de coleções arqueológicas [28]. O estudo permite enfatizar a necessidade de políticas de catalogação integradas, que recorram a uma análise mais completa das coleções no seu conjunto [19]. Ainda existem informações que podem colaborar com a pesquisa, sobre as quais deverá ser aplicada uma metodologia adequada [29-30]. Uma vez recuperadas informações consistentes sobre a recolha destas coleções bem como seu desmembramento, será possível potencializar sua relevância científica. A coleção Dita Acatauassu tem sido utilizada prioritariamente por seu apelo estético da cerâmica marajoara. Atualmente, algumas peças desta coleção estão expostas no Museu do Forte e no Museu de Gemas (Belém, PA) e está a ser planeada uma exposição marajoara no Parque Estadual do Utinga; porém, pouco foram utilizadas como objeto de pesquisa em trabalhos acadêmicos.

Isso nos leva a outra questão, que permeia a responsabilidade dos museus em permitir o acesso às coleções, publicar informações e cuidar do patrimônio comum, resguardando a segurança dos mesmos. O presente trabalho abre caminho ainda para um estreito diálogo interinstitucional e para a obtenção de metas compartilhadas relacionadas com a preservação do acervo arqueológico e desenvolvimento de pesquisas, uma vez que a situação das coleções perpassa a existência dos diferentes processos de concessão de guarda de um único conjunto de acervo.

A aplicação da metodologia desenvolvida a todas as coleções que englobam o espólio pode ainda oferecer dados substanciais para levantar um debate jurídico interinstitucional que discuta o que podemos chamar previamente de gestão compartilhada de acervos. Deverá ser equacionado o modo de reorganização das coleções de forma a reunir todos os fragmentos de um mesmo objeto dispersos nas várias instituições. Este processo poderá ser avaliado segundo uma visão estratégica que privilegia a centralização do espólio ou perspectivado de forma distributiva, onde as questões expositivas, de investigação e conservação são critérios fundamentais. Por outro lado, a proporção dos fragmentos de cada instituição em relação à totalidade do objeto também poderá ser um fator de peso. A busca por uma política de comodatos integrada deverá ser princípio basilar no estabelecimento de estratégias.

O objetivo seria realizar reuniões de trabalho ou até mesmo eventos científicos que possam apresentar soluções para preservação dos conjuntos e ações integradas de pesquisa, considerando que inexitem informações sobre situações semelhantes que tenham ocorrido no Brasil.

Os museus devem ser instituições abertas, receptivas à investigação e à divulgação do seu espólio. Embora algumas informações pareçam descontextualizadas, uma discussão coletiva pode oferecer resultados frutíferos para o desenvolvimento de estratégias de metodologias de investigação e conservação, como a que foi apresentada neste artigo.

REFERÊNCIAS

1. Lisboa, P. A., *Terra dos Aruã: Uma História Ecológica do Arquipélago do Marajó*, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém (2012).
2. Schaan, D. P., 'The Camutins chiefdom: rise and development of complex societies on Marajó island, Brazilian Amazon', tese de doutoramento, University of Pittsburgh, Pittsburgh (2004), <http://d-scholarship.pitt.edu/id/eprint/9161> (acesso em 2019-01-11).
3. Hilbert, P., *Contribuição à Arqueologia da Ilha de Marajó: os "Tesos" Marajoaras do Alto Camutins e a Atual Situação da Ilha do Pacoval, no Ararí*, Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Belém (1952).
4. Meggers, B.; J. Evans, C., 'Archeological investigations at the mouth of the Amazon', *Bureau of American Ethnology Bulletin* **167** (1957) 1-664, <http://hdl.handle.net/10088/15461>.
5. Roosevelt, A. C., 'The rise and fall of the Amazon chiefdoms', *L'Homme* **33** (1993) 255-283, <https://doi.org/10.3406/hom.1993.369640>.
6. Schaan, D., *A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara. Um Estudo da Arte Pré-histórica na Ilha de Marajó, Brasil (400-1300 AD)*, EDIPUCRS, Porto Alegre (1997).
7. Barreto, C., 'Cerâmica e complexidade social na Amazônia antiga: uma perspectiva a partir de Marajó', in *Arqueologia Amazônica*, ed. E. Pereira & V. Guapindaia, vol. 1, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém (2010) 193-212.
8. Barreto, C., 'Meios místicos de reprodução social: arte e estilo na cerâmica funerária da Amazônia antiga', tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo (2009), <https://doi.org/10.11606/T.71.2009.tde-30042009-095746>.
9. Troufflard, J. 'Abordagem da prática colecionista através de um conjunto de peças Marajoara do Museu Nacional de Etnologia em Lisboa (Portugal)' *Amazônica* **3**(1) (2011) 142-168, <https://doi.org/10.18542/amazonica.v3i1.634>.
10. Schaan, D., *Cultura Marajoara*, Senac Nacional, Rio de Janeiro (2009).
11. Barreto, C., 'O que a cerâmica Marajoara nos ensina sobre fluxo estilístico na Amazônia?' in *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma Nova Síntese*, ed. C. Barreto, H. Lima & C. Bettancourt, Museu Paraense Emílio Goeldi/ IPHAN, Belém (2016) 115-124.
12. Schaan, D., 'Into the labyrinths of marajoara pottery: Status and cultural identity in an amazonian complex society', in *Unknown Amazon: Culture in Nature in Ancient Brazil*, ed. C. McEwan, C. Barreto & E. Neves, British Museum Press, London (2001) 108-133.
13. Pombo, D., 'Educação, memórias e saberes amazônicos: vozes dos vaqueiros marajoaras', tese de mestrado, Universidade do Estado do Pará, Belém (2014).
14. Rosa, C., 'Solicitação de pesquisa: Maria Santana Simas', documento do Sistema Integrado de Museus, Secretaria de Cultura, Governo do Estado do Pará, Belém (2017).
15. Schaan, D., 'Arqueologia, público e comodificação da herança cultural: o caso da cultura marajoara', *Revista de Arqueologia Pública* **1** (2006) 31-48, <https://doi.org/10.20396/rap.v1i1.8635819>.
16. Oliveira, K.; Borges, L.C., 'Museus e redes de sociabilidade poder e conflito no Museu do Marajó Pe. Giovanni Gallo', *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia* **11**(1) (2016) 70-79, <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/28131> (acesso em 2019-01-11).

17. Richmond, A.; Bracker, A. 'Conservation: principles, dilemmas, and uncomfortable truths – a summary', *Conservation Journal* **58** (2009) 55-56.
18. Keene, S., *Fragments of the World: Uses of Museum Collections*, Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann (2005).
19. De Blasis, P. A. D.; Morales, W. F. 'O potencial dos acervos antigos: recuperando a coleção 030 do museu paulista', *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* **7** (1997) 111-131, <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1997.109300>.
20. 'Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937', *Diário Oficial da União* **1** (1937) 1210 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html> (acesso em 2019-2-25).
21. 'Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961', *Diário Oficial da União* **1** (1961) 6793 <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3924-26-julho-1961-353715-publicacaooriginal-1-pl.html> (acesso em 2019-2-25).
22. 'Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009', *Diário Oficial da União* **1** (2009) 1 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11904-14-janeiro-2009-585365-publicacaooriginal-108376-pl.html> (acesso em 2019-2-25).
23. Fuente, G.; Páez, M. 'Ceramic conservation in archaeological museums: the current situation in northwestern Argentina (Province of Catamarca)', in *Glass and Ceramics Conservation 2007*, ed. L. Pilosi, Goriški Muzej Kromberk, Nova Gorica (2007) 180-188.
24. Oackley, V.; McGreevy, J., 'A condition survey of the ceramics collection at the Ulster Museum', *Conservation Journal* **16** (1995).
25. Oakley, V.; Jain, K., *Essentials in the Care and Conservation of Historical Ceramic Objects*, Archetype Publications, London (2002).
26. Troufflard, J. 'Testemunhos funerários da ilha do Marajó no Museu Dr. Santos Rocha e no Museu Nacional de Etnologia. Interpretação Arqueológica', tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa (2010).
27. Carvalho, A.; Oliveira Silva, D. L.; Braga, G. B., 'Perspectivas recentes para curadoria de coleções etnográficas', *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* **14** (2004) 279-289, <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2004.89691>.
28. Raposo, L., 'Arqueologia e museus: experiências portuguesas recentes', *Museologia.pt* **3** (2009) 74-103.
29. Lima, H. P.; Cunha, C., 'Reassessing museum archaeological collections: unprecedented osteological and ceramic data for the Sucuriçu site in the Urubu River, Central Amazon, Brazil', *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas* **12**(2) (2017) 649-665. <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000200021>.
30. Sales, T. 'Documentação na reserva técnica de Arqueologia Mário Ferreira Simões, do Museu Paraense Emílio Goeldi: estudo de caso da coleção AM-IT-#: Médio Urubu', trabalho de bacharelato, Universidade Federal do Pará, Belém (2016).

RECEBIDO: 2018.9.4

REVISTO: 2018.12.3

ACEITE: 2019.1.10

ONLINE: 2019.2.28



Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>.